



INFORMATIVO

MARÇO | 2023

# podemos

CÂMARA



PÁG 06

## GLAUSTIN DÁ VOZ A ESTADOS EM DESENVOLVIMENTO NA REFORMA TRIBUTÁRIA

PÁG 04

Romero Rodrigues assume presidência da  
Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados

## EXPEDIENTE

### LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:**  
deputado federal Fabio Macedo (MA)

**Presidente Nacional do Podemos:**  
deputada federal Renata Abreu (SP)

**Chefe de Gabinete:**  
Fábio de Souza Oliveira

**Secretário Nacional de Comunicação:**  
Marcus Deois

**Direção Geral:**  
Alisson Esteves

**Jornalista Responsável:**  
Marília Jardim

**Revisão Geral:**  
Daniel Roriz

**Colaboradores:**  
Danílio Oliveira, Lola Nicolás, Maura Mosquera, Gabriel Tiveron, Marcilene Maia, Brunna Moraes, Tullio Damin Da Sois, Hugo Antoneli Jr., George Pacífico, Brenda Rodrigues, Larissa Rossana, Camila Soldan, João Rafael, Samuel Sudré, Raquel Vasconcelos, Paula Abad, Rafaella Panceri, Gabriel Cruz, Sérgio Lima e Robert Alves.

# SUMÁRIO

- 4** Glaustin dá voz a estados em desenvolvimento na reforma tributária
- 6** Romero Rodrigues assume presidência da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados
- 8** Projeto de Lei: Victor Linhalis reforça combate ao tráfico de pessoas
- 10** Conheça os Projetos de Lei de Fabio Macedo protocolados e aprovado no Congresso Nacional
- 12** Gilberto Nascimento reforça necessidade de aprovação do Estatuto da Vítima
- 14** Renata Abreu propõe humanizar e pacificar o trânsito urbano
- 16** Bruno Ganem defende espaço para pets em programas habitacionais
- 18** Com apoio de 212 parlamentares Gilson Daniel, protocola pedido de criação da Frente Parlamentar de Gestão de Riscos e Desastres
- 20** Mulheres vítimas de violência doméstica terão oportunidade para recomeçarem suas vidas
- 22** Deltan Dallagnol já alcança vitória em menos de dois meses no Congresso Nacional
- 24** Início de mandato de Marcon é marcado pelo reconhecimento da sua convicção
- 26** Uso de cordão de girassol para identificar pessoa com deficiências oculta ou não aparente em todo o país tramita no Congresso
- 28** Por uma pesca com mais prestígio político
- 30** 458º aniversário da cidade do Rio de Janeiro: deputado Sargento Portugal preside a primeira sessão solene da 57ª legislatura
- 32** Rodrigo Gambale assume a presidência estadual do Podemos-SP
- 32** Artigo: Mulheres - Renata Abreu



# GLAUSTIN DÁ VOZ A ESTADOS EM DESENVOLVIMENTO NA REFORMA TRIBUTÁRIA

*Deputado federal goiano convenceu grupo de trabalho a realizar um seminário regional em Goiânia em busca de alternativas para a 'tributação no destino'*

Único representante do Centro-Oeste no grupo de trabalho da reforma tributária, o deputado federal Glaustin da Fokus (Podemos-GO) garantiu a realização de um seminário regional em Goiânia para aprofundar o debate em defesa do setor produtivo e da arrecadação de estados em desenvolvimento. O colegiado aprovou nesta semana uma rodada de eventos que, além de Goiás, inclui Amazonas, Ceará, São Paulo, Minas Gerais e Roraima.

Já nas primeiras reuniões do grupo, Glaustin tem manifestado preocupação com a autonomia federativa, uma vez que a proposta atual unificaria a cobrança de cinco tributos que hoje incidem sobre o consumo – IPI, PIS, Cofins, ICMS (estadual) e ISS (municipal). Em sua visão, estados e municípios precisam de liberdade para decidir por alíquotas maiores ou menores, que seriam aprovadas por assembleias legislativas e câmaras de vereadores.

Diante disso, Glaustin discorda da tributação no destino prevista para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que seria pago ao estado e ao município de consumo do produto ou serviço. “Esse ponto prejudicaria regiões em desenvolvimento porque, na realidade, o mercado se concentra no Sul e no Sudeste”, ressalta o deputado. “O IVA seria revertido, afinal, em políticas públicas no local

onde o consumidor comprar, não na origem. Se continuar assim, a reforma na verdade afugentaria empresas de cidades goianas. Temos um longo e complexo caminho pela frente em busca de consenso.”

Uma solução seria acolher pontos da Proposta de Emenda à Constituição 46/2022, do senador Orlino Guimarães (Podemos-PR), que recebeu Glaustin na última terça-feira (14) para sugerir a inclusão da PEC nos debates do grupo de trabalho. Apoiado pela Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) e pela Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse), o texto unificaria as leis estaduais e municipais que regem os impostos sobre o consumo – ICMS e ISS – e, segundo o autor, “traria mais justiça na partilha dos recursos”.

O seminário regional em Goiânia deve ampliar o diálogo com entidades como as associações Goiana de Municípios (AGM), Comercial, Industrial e de Serviços de Goiás (Acieg) e Pró-Desenvolvimento Industrial de Goiás (Adial) e as federações das Associações Comerciais, Industriais, Empresariais e Agropecuárias de Goiás (Faciieg), do Comércio do Estado de Goiás (Fecomércio-GO) e da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (Faeg).

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

A man with dark hair and a beard, wearing a dark suit, white shirt, and blue tie, is speaking into a microphone. He is looking slightly to the right. The background is blurred, showing other people in a formal setting.

**“Estados e municípios precisam de liberdade para decidir por alíquotas maiores ou menores, que seriam aprovadas por assembleias legislativas e câmaras de vereadores”**

# ROMERO RODRIGUES ASSUME PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE TURISMO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O deputado federal Romero Rodrigues (Podemos-PB) foi eleito presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, para o mandato de um ano. A reunião de instalação e eleição dos membros da comissão aconteceu no início da tarde desta quarta-feira, 15, em Brasília (DF).

Na posse, o deputado falou das expectativas à frente da Comissão e destacou que o turismo é um setor estratégico para a economia brasileira, gerando cerca de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. “O turismo emprega cerca de 7 milhões de pessoas, sendo uma importante fonte de emprego e renda. O Brasil possui uma ampla variedade de atrativos turísticos, incluindo praias, parques nacionais, cidades históricas, ecoturismo e pode avançar muito mais”, afirmou.

Romero Rodrigues também apontou os desafios no setor do turismo no Brasil, que ocupa a 69ª posição no ranking de competitividade turística, de acordo com o Fórum Econômico Mundial. “O governo federal deve promover políticas públicas que estimulem o desenvolvimento do turismo, como a criação de incentivos fiscais para investimentos no setor, o fortalecimento da segurança pública e a melhoria da infraestrutura turística”.

**PERFIL** - Romero Rodrigues está no seu segundo mandato como deputado federal e também foi prefeito de Campina Grande (PB) entre 2013 e 2020. A cidade realiza “O Maior São João do Mundo”, evento que dura 30 dias e que atrai milhares de turistas para a Paraíba todos os anos. Durante sua gestão, Romero conseguiu modernizar o evento, a partir de um modelo de Parceria Público Privada (PPP), diminuindo significativamente os custos da prefeitura na realização da festa.

Outro evento criado por Romero, enquanto prefeito, foi o Natal Iluminado, que consolidou Campina Grande nos roteiros dos eventos natalinos do Brasil, a partir de 2013.

**COMISSÕES** - Além da presidência da comissão de Turismo, o deputado também foi indicado pelo Podemos como membro titular da Comissão de Comunicação e suplente das comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento; e Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.





A man with dark hair, wearing a dark suit, a blue shirt, and a red patterned tie, is speaking into a black microphone. He is looking slightly to his left. In the background, there is a Brazilian flag and a framed portrait of a man in a suit. A blue brushstroke graphic is at the bottom of the image, containing white text.

“O governo federal deve promover políticas públicas que estimulem o desenvolvimento do turismo, como a criação de incentivos fiscais para investimentos no setor e o fortalecimento da segurança pública”

A man with short brown hair, wearing a dark blue suit, white shirt, and purple tie, is shown from the chest up. He is looking slightly to his right and speaking into a black microphone. The background is blurred, showing vertical lines. A blue brushstroke graphic is at the bottom, containing white text.

**“Estamos propondo que as companhias que realizam transporte internacional estejam conscientes e engajadas para que suas equipes de profissionais recebam treinamento específico para enfrentar tal tipo de situação delicada”**



# PROJETO DE LEI: VICTOR LINHALIS REFORÇA COMBATE AO TRÁFICO DE PESSOAS

Para contribuir com o combate do tráfico de pessoas, o deputado federal Victor Linhalis protocolou, nesta quarta-feira (01), o Projeto de Lei nº 755/2023, que determina a disponibilização de informações sobre este crime para passageiros de ônibus, barcos, aviões e etc., e o treinamento do pessoal de apoio das companhias transportadoras que possam conduzir vítimas de tráfico humano e sexual.

De acordo com o projeto, será obrigatório que os meios de transportes disponham nos banheiros de placa, botão ou outro instrumento que permita que a vítima possa alertar discretamente a equipe de bordo se esta estiver dentro de uma situação de “tráfico humano ou sexual”.

“Em alguns países, a exemplo dos Estados Unidos, descobri que nos banheiros dos aviões havia uma plaquinha orientando as mulheres sobre formas de alertar a equipe de voo de que ela estaria vivendo situação de ‘tráfico humano ou sexual’. O transporte de seres humanos é a última etapa de um longo processo que se reforça por meio da ameaça, uso da força, alojamento e ocultação de pessoas. Estamos propondo que as companhias que realizam transporte internacional estejam conscientes e engajadas para que suas equipes de profissionais recebam treinamento específico para enfrentar

tal tipo de situação delicada”, reforçou o deputado ao justificar a apresentação do projeto.

A legislação proposta também determina a instalação de placas em locais de embarque com o número do Disque Denúncia Nacional - 100 - com os seguintes dizeres, “Denuncie tráfico Humano” - sigilo absoluto.

“Assim como estabelece o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional é necessário que as companhias aéreas, marítimas ou de transporte terrestres disponibilizem também formas de treinamento dos seus funcionários sobre as práticas policiais de coleta e arquivamento de informações, sempre com o objetivo maior de prevenir e combater o tráfico ilícito de migrantes”, pontou Linhalis.

O projeto agora segue para tramitação da Câmara dos Deputados. A fiscalização e operacionalização da lei ficará ao cargo do Ministério da Justiça.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

# CONHEÇA OS PROJETOS DE LEI DE FABIO MACEDO PROTOCOLADOS E APROVADO NO CONGRESSO NACIONAL

O primeiro mês de mandato do líder do Podemos, deputado federal Fabio Macedo, foi bastante produtivo para a nova legislatura do Congresso Nacional. Uma média de seis projetos foram protocolados, sendo cada um com temática diversas, para atender as demandas do estado do Maranhão e do Brasil.

Se aprovados, os projetos propostos pelo deputado, ajudarão o país no combate ao assédio sexual, fortalecerá as políticas públicas de saúde mental, ampliando os debates nas comunidades escolares e reforçando a importância de manter a sociedade atenta à depressão e outras doenças mentais e emocionais.

## MULHER

O Projeto de Lei 583 de 2023 teve aprovação unânime no Dia Internacional da Mulher no Congresso Nacional, por tratar sobre o assédio sexual sofrido por mulheres durante procedimentos clínicos e cirúrgicos. Ele dá a mulher o direito de escolher um acompanhante de sua livre escolha, durante o trabalho de parto, parto, pós-parto imediato, consultas, exames, cirurgias ou quaisquer outros procedimentos em estabelecimentos públicos e privados de saúde.

A ideia é diminuir o número de crimes praticados, prevenindo que novos episódios de estupro e outras violências, além de dar mais segurança às pacientes durante a realização dos procedimentos médicos.

Para Fabio Macedo, autor do projeto de lei, garantir a proteção e segurança das mulheres é um papel primordial em seu mandato, “É preciso fortalecer as políticas públicas de proteção à mulher e combater qualquer tipo de abuso que vem acontecendo nas redes públicas e privadas de saúde. A mulher precisa ser respeitada e ter a tranquilidade que terá sua vida e dignidade preservadas em qualquer tipo de procedimento médico”.

## SAÚDE MENTAL

A saúde mental é uma das bandeiras defendidas pelo líder do Podemos. Em mais uma ação que busca a melhoria das políticas públicas na área, Fabio Macedo protocolou o PL 396 de 2023, que cria o Programa Nacional de Prevenção da Depressão e institui o Dia Nacional da Conscientização sobre a Depressão, que tem como objetivo garantir a atenção à saúde dos portadores de depressão e promover perante a sociedade brasileira a conscientização sobre todos os aspectos desse transtorno.

Esta importante proposição, vai ajudar no combate a depressão, que hoje em dia constitui um dos transtornos mentais que mais matam na atualidade.

“Com a aprovação deste projeto de lei tão importante, quero buscar mais recursos para melhorar e humanizar os serviços ofertados à população e buscar a conscientização e sensibilização sobre a temática, afinal de contas, a saúde mental e emocional são fundamentais para a vida e é um direito básico de todos”, disse o parlamentar.

## SAÚDE MENTAL NA EDUCAÇÃO

Dentro do mesmo segmento, Fabio Macedo protocolou o PL 711 de 2023, que vai tornar obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros em saúde mental para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino público e privado de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil.

De acordo com Macedo, ampliar o debate sobre a saúde mental é fundamental para conscientização da população e capacitar os profissionais da educação, pode ajudar a identificar os casos nas escolas, fornecer acolhimento aos alunos e profissionais, evitando dessa forma o agravamento de transtornos mentais.

“Problemas mentais e emocionais não escolhem idade ou momento certo para acontecer. Nosso projeto tem o objetivo de tornar os cuidados e a conscientização sobre a saúde mental mais próximo da população e levar essa capacitação para as escolas é um passo importante para identificar e fazer a acolhida das nossas crianças e adolescentes, além de ofertar também esse suporte aos profissionais da educação”, disse o líder da bancada do Podemos.

## MOBILIDADE ELÉTRICA

Consciente de que os veículos elétricos ou híbridos são a principal estratégia para a descarbonização do setor de transportes e tendo em vista que a mobilidade elétrica ainda é uma carência e enfrenta grandes obstáculos no Brasil, o líder do Podemos, criou o PL 710 de 2023 para estabelecer a obrigatoriedade de pontos de recargas para veículos elétricos ou híbridos, em estacionamentos públicos e privados de uso coletivos e vias públicas.

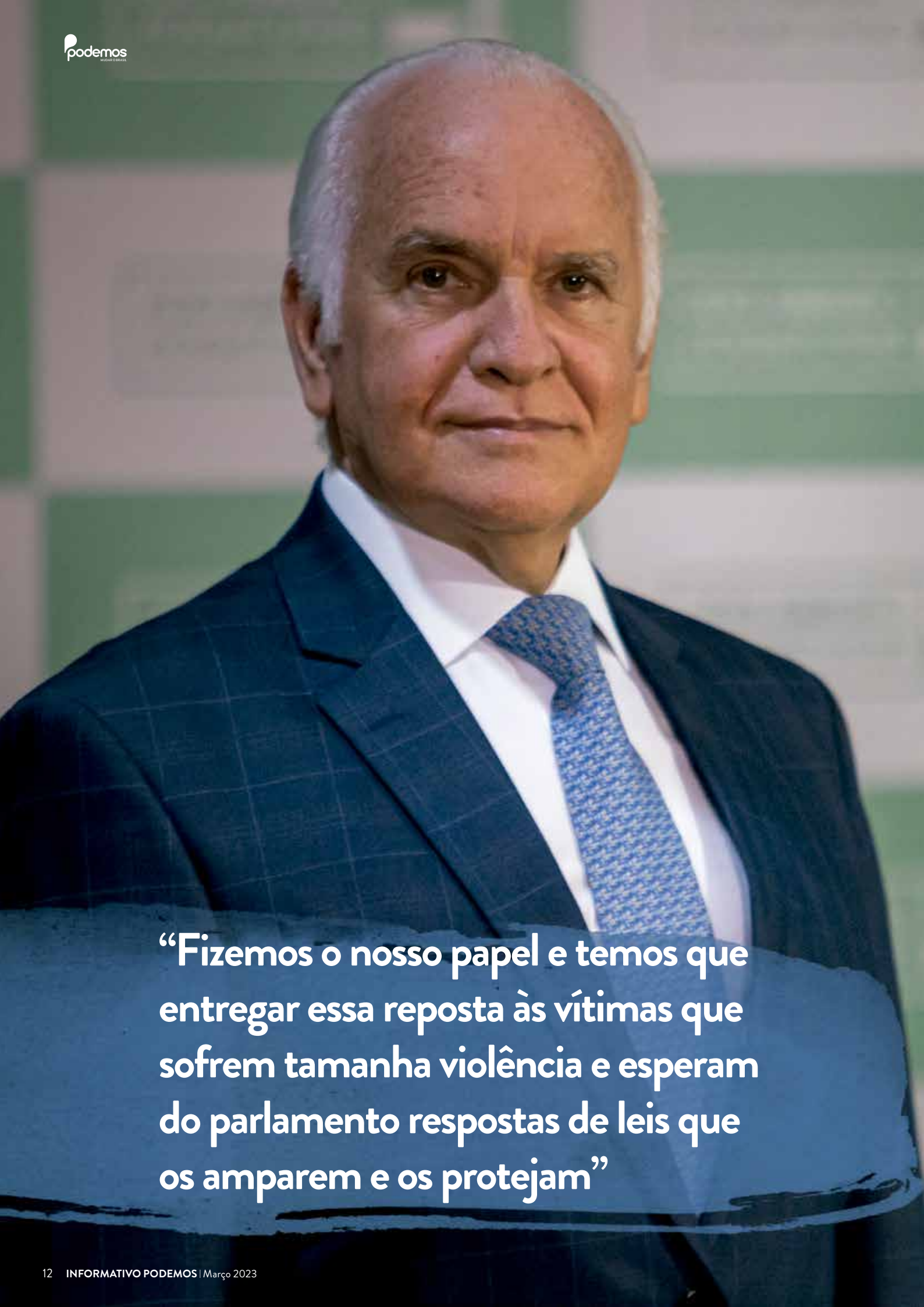
A ideia é exigir a disponibilização de pontos de recargas para esses veículos elétricos ou híbridos, uma vez que, essa carência de pontos para carregamento não só dificulta a utilização desses veículos mas também desestimula a aquisição de novos automóveis no Brasil.

Para ele, “o Brasil precisa avançar na infraestrutura em carregamentos de veículos elétricos ou híbridos para que tenhamos mais desenvolvimento desse segmento no país.”, disse Macedo.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

**“Transtornos mentais e emocionais não escolhem idade ou momento certo para acontecer.”**



A portrait of an older man with white hair, wearing a dark blue suit, white shirt, and a blue patterned tie. He is looking directly at the camera with a neutral expression. The background is a blurred green and white pattern.

**“Fizemos o nosso papel e temos que entregar essa reposta às vítimas que sofrem tamanha violência e esperam do parlamento respostas de leis que os amparem e os protejam”**

# GILBERTO NASCIMENTO REFORÇA NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA VÍTIMA

O relator da proposta que cria o Estatuto da Vítima, deputado federal Gilberto Nascimento (Podemos-SP), avalia que a medida, aprovada há um ano na Comissão Especial, aguarda deliberação no Plenário.

De acordo com o substitutivo aprovado, as medidas previstas serão aplicadas para vítimas de infrações penais, atos infracionais, calamidades públicas, desastres naturais e epidemias, independentemente da nacionalidade ou da condição de vulnerabilidade individual ou social.

Gilberto Nascimento esclareceu que o texto considerou os depoimentos e contribuições de vítimas que auxiliaram os parlamentares na construção de um estatuto que preserve valores como respeito à dignidade de toda e qualquer pessoa.

“Foram ouvidas vítimas de crimes que descreveram todo o sofrimento, o desamparo e a revitimização por elas vivenciados, a evidenciar a necessidade urgente da criação de uma lei que efetivamente proteja e apoie a vítima. Fizemos o nosso papel e temos que entregar essa resposta às vítimas, que sofrem tamanha violência e esperam do parlamento respostas de leis que os amparem e os protejam”, pontua o deputado.

O estatuto valerá também para vítimas de calamidades públicas. Além disso, o substitutivo assegura a toda vítima

que se encontrar nas situações previstas os seguintes direitos:

- de ser tratada com respeito, profissionalismo e de forma personalizada tanto nos serviços de apoio quanto no âmbito de investigações, processos e execuções penais;
- de receber acolhimento, tratamento digno e não discriminatório, atendimento multidisciplinar e de ter acesso a informações sobre seus direitos;
- à transcrição dos fatos para uma língua que compreenda caso não fale português;
- à reparação do dano causado, devendo a autoridade policial se empenhar, desde a lavratura do boletim de ocorrência, na obtenção de provas dos danos materiais, morais ou psicológicos causados; entre outros.

A matéria aprovada na Comissão Especial também inclui a capacitação de agentes públicos, como profissionais de saúde, da segurança pública e da justiça, designados para o atendimento às vítimas. A proposta esclarece que escolas e cursos de formação, deverão ofertar conteúdos voltados à prevenção da violência institucional contra vítimas.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

# RENATA ABREU PROPÕE HUMANIZAR E PACIFICAR O TRÂNSITO URBANO

A deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP) tem um projeto para organizar o trânsito urbano brasileiro, que, principalmente nas grandes cidades, é caótico e muito estressante. O PL 150/2023 consiste na criação do corredor de motos. Trata-se de instalar sinalização de segurança para o tráfego seguro de motos no espaço compartilhado com os outros veículos.

Renata cita como exemplo o Faixa Azul, implantado em 2022 na cidade de São Paulo para promover um trânsito mais seguro. Começou pela avenida 23 de Maio e, passado um ano da sinalização exclusiva para motos, motonetas e ciclomotores, houve não só melhora no fluxo do trânsito em horários de pico como não foi registrado nenhum acidente. Atualmente, há 1,3 milhão de motos em circulação na capital paulista, que já conta com 23 quilômetros de faixa azul e

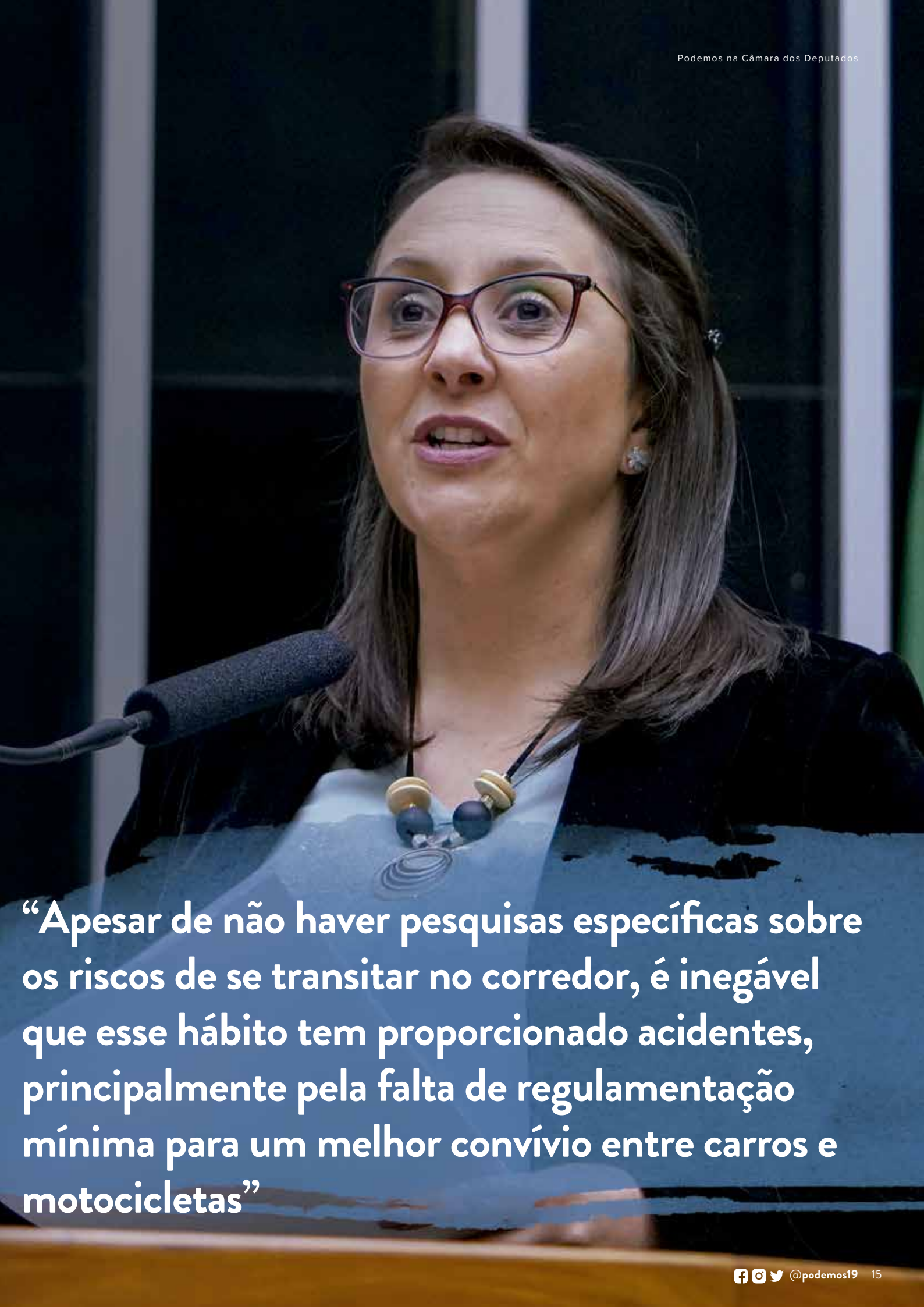
planeja implantar mais 220 kms de Faixa Azul.

“Apesar de não haver pesquisas específicas sobre os riscos de se transitar no corredor, é inegável que esse hábito tem proporcionado acidentes, principalmente pela falta de regulamentação mínima para um melhor convívio entre carros e motocicletas”, diz a deputada, que objetiva, com aprovação seu projeto, organizar o espaço viário compartilhado, pacificar e humanizar o trânsito nas cidades brasileiras.

Segundo a proposta da deputada federal, a definição das faixas específicas para motos, motonetas e ciclomotores será feita conforme regulamento do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.





“Apesar de não haver pesquisas específicas sobre os riscos de se transitar no corredor, é inegável que esse hábito tem proporcionado acidentes, principalmente pela falta de regulamentação mínima para um melhor convívio entre carros e motocicletas”



**“Os beneficiários (...) não poderão ser impedidos de habitarem com seus animais domésticos nessas residências, respeitando as normas vigentes e garantindo o bem-estar do animal”**



# BRUNO GANEM DEFENDE ESPAÇO PARA PETS EM PROGRAMAS HABITACIONAIS

*Deputado afirma que é preciso assegurar que os animais domésticos sejam acolhidos nos novos lares do Minha Casa, Minha Vida, em mais uma ação contra o abandono*

Como não há regras claras sobre espaços para animais domésticos em residências de programas como o Minha Casa, Minha Vida, muitos tutores foram impedidos de leva-los para a nova residência. “Muitos tiveram que doar seus cães ou gatos e causou sofrimento não só para os animais como para os próprios tutores. Ainda há casos de abandono em ruas e rodovias o que, além de um crime cruel, provocou acidentes graves com mortes de animais e pessoas”, afirma o deputado Bruno Ganem (Podemos).

Para resolver a situação, Ganem propôs uma emenda que cria esse regramento e garante espaço para os pets e o direito dos tutores se mudarem para os novos lares. A nova redação diz que “os beneficiários (...) não poderão ser impedidos de habitar com seus animais domésticos

nessas residências, respeitando as normas vigentes e garantindo o bem-estar do animal”.

Além disso, Ganem acrescentou na Lei 11.977/09 um trecho para que sejam assegurados no programa habitacional “condições de sustentabilidade das construções e dos espaços adequados e/ou destinados para animais domésticos em cada unidade habitacional.”

“O Minha Casa, Minha Vida é uma importante política pública e é preciso nortear essa situação para beneficiários que tem pets nas novas construções, evitando assim o aumento de outros problemas que têm caráter social e de gestão de política pública e que estão intimamente relacionados ao abandono de animais domésticos nas ruas.”

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.





# COM APOIO DE 212 PARLAMENTARES GILSON DANIEL PROTOCOLA PEDIDO DE CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

Com apoio de 212 parlamentares Gilson Daniel protocola pedido de criação da Frente Parlamentar de Gestão de Riscos e Desastres

O deputado federal Gilson Daniel (Podemos/ES) protocolou nesta segunda-feira (13) o pedido de criação da Frente Parlamentar de Gestão de Riscos e Desastres. Com o protocolo do requerimento, que teve apoio de 212 parlamentares, resta somente um despacho do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) deferindo a criação. Em paralelo a coleta de assinaturas para a criação da Frente Parlamentar Gilson Daniel apresentou o Projeto de Lei nº 920/23, que destina parcela das arrecadações de recursos financeiros do pagamento de multas por crimes e infrações ambientais; do pagamento de compensações ambientais; e dos advindos de acordos judiciais e extrajudiciais de reparação de danos socioambientais para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).

Gilson disse que a gestão de risco de desastres é uma tarefa ampla, que não se inicia no momento em que o desastre ocorre. “É preciso dar apoio aos municípios para elaboração dos planos de contingência referentes às principais ameaças naturais, na criação de sistema de alerta por envio de mensagem SMS e sirene, no monitoramento de risco, na prevenção de erosões de encostas, na coleta de lixo, dentre outras ações”, pontuou o parlamentar.

O colegiado irá fortalecer as ações e métodos que garantam a prevenção dos riscos de desastres naturais, adaptação às mudanças climáticas, além de apoiar os

estados, municípios e as comunidades afetadas. Gilson afirmou que a Frente terá início nessa legislatura e sua atuação será de resultados

## RECURSOS

Na justificativa do PL nº 920/23, Gilson Daniel ressalta que, ano após ano, eventos climáticos transformam-se em verdadeiras tragédias em virtude do despreparo para a prevenção, mitigação e resposta a esses eventos. O parlamentar cita ainda dados do IBGE, que apontam que 59% dos municípios brasileiros ainda não contam com qualquer instrumento de gestão de risco para desastres naturais. “São aproximadamente 3,3 mil municípios sem qualquer instrumento para prevenção, preparação, resposta e recuperação para desastres naturais”, ressaltou.

“Precisamos canalizar recursos ao fundo e munir os municípios com as condições necessárias à gestão de desastres naturais. Proponho que seja direcionada para o Funcap parcela das arrecadações de recursos financeiros advindos do pagamento de multas por crimes e infrações ambientais; do pagamento de compensações ambientais; e dos advindos de acordos judiciais e extrajudiciais de reparação de danos socioambientais, como aqueles pactuados em razão das tragédias de Mariana e de Brumadinho”, concluiu Gilson Daniel.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

A portrait of a middle-aged man with short, graying hair, smiling at the camera. He is wearing a dark blue suit jacket, a white shirt, and a dark blue tie. A small Brazilian flag pin is visible on his left lapel. The background is a soft, out-of-focus indoor setting with light-colored walls.

**“O colegiado irá fortalecer as ações e métodos que garantam a prevenção dos riscos de desastres naturais, adaptação às mudanças climáticas, além de apoiar os estados, municípios e as comunidades afetadas”**



**“Ao dar condições e inseri-las no mercado de trabalho, cria-se uma nova perspectiva de vida, porque além de ter a independência financeira, elas passam a ter uma relação social diferente”**



# MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA TERÃO OPORTUNIDADE PARA RECOMEÇAREM SUAS VIDAS

A violência doméstica é um tipo de crime perverso. Ela deve ser encarada como um crime intolerável.

O deputado federal, Igor Timo(Podemos-MG) como pai, marido e homem, avalia que o exemplo começa dentro de casa, respeitando filhos e a esposa, já que os pais devem ser espelhos para os filhos, dando bons exemplos, contribuindo para a formação de caráter.

Igor acredita que a violência doméstica é uma conduta arcaica de violação de direitos, de uma sociedade patriarcal, onde o machismo impera e predomina para causar tantas mortes de mulheres e dores por todo país, inclusive em Minas Gerais, que só em 2022, registrou 163 mortes. Isso significa que, a cada dois dias, uma mulher perdeu a vida por causa da violência doméstica.

“É imperdoável ver que esse crime ainda aconteça, fazendo vítimas do feminicídio, mães de família, jovens, mulheres de todas as idades, que, por algum tipo de dependência dos seus cônjuges (maridos, companheiros ou namorados), acabam se calando e não denunciam a violência sofrida”, explicou o parlamentar.

Ele ainda acrescenta: “muitas vezes, a violência começa por uma simples ameaça psicológica, mas acaba chegando à morte”.

Como uma medida reparadora à essa violação de direitos, foi aprovada recentemente, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 3792/19, que vai incentivar e reconhecer com o selo “Empresa Amiga da Mulher” as instituições que contratarem mulheres vítimas de violência doméstica.

“O PL é uma conquista importantíssima, porque cria uma nova perspectiva de acolhimento, de uma maneira plena para as mulheres que vêm sofrendo com a vulnerabilidade e a agressão. Ao dar condições e inseri-las no mercado de trabalho, cria-se uma nova perspectiva de vida, porque além de ter a independência financeira, elas passam a ter uma relação social diferente, tendo um suporte emocional, afetivo e psíquico, que é fundamental para qualquer mulher”, avaliou deputado federal Igor Timo (Podemos-MG), ao explicar que a violência doméstica precisa ser combatida de todas as formas, principalmente, por políticas públicas como este PL.

Como deputado, Igor Timo continuará a lutar para que o país tenha leis mais severas, e para que elas sejam cumpridas para proteger as mulheres, que ainda são suscetíveis ao crime.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

# DELTAN DALLAGNOL JÁ ALCANÇA VITÓRIA EM MENOS DE DOIS MESES NO CONGRESSO NACIONAL

O deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR) vem se destacando em sua atuação no Congresso Nacional com importantes conquistas em menos de dois meses de mandato. Dentre as principais ações, Dallagnol conseguiu reunir as 171 assinaturas necessárias para protocolar sua Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa regular o poder do Presidente de conceder indulto, limitando-o a no máximo 20% da pena, com exceção dos indultos individuais ou de caráter humanitário que não foram limitados. Essa iniciativa visa combater a impunidade e fortalecer a luta contra a corrupção no país.

“A PEC contra a impunidade natalina, que tomou o número 7/2023, é uma marca do meu compromisso com o combate à impunidade. Agora, a PEC deverá seguir seu trâmite no Congresso Nacional e a participação da sociedade será fundamental nesse processo”, afirmou Dallagnol.

Na pauta da segurança pública, o deputado apresentou um projeto de lei que obriga bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos a adotarem medidas de auxílio a mulheres que se sintam em situação de risco, e prevê que quem não o fizer incorre no crime de omissão de socorro. O PL ainda prevê alterar o Código de Defesa do Consumidor para garantir essa proteção, com aplicação de multa para quem descumprir as novas regras. A multa deverá ser obrigatoriamente revertida em investimentos para ações de combate à violência contra a mulher.

Outra iniciativa importante do deputado foi a apresentação de uma emenda que visa punir o agente que insira dados falsos e fraudes nos cadastros do programa Bolsa Família. O governo estima um prejuízo de R\$2,6

bilhões em fraudes nos cadastros do programa, e a emenda apresentada por Dallagnol tem como objetivo garantir que esse dinheiro vá para quem realmente precisa.

Além disso, Deltan Dallagnol e seu grupo de deputados de oposição enviaram uma Reclamação Disciplinar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o novo juiz da Lava Jato, Eduardo Appio. O pedido de afastamento cautelar do juiz foi feito após ser constatado que ele não possui a isenção necessária para julgar a maior operação anticorrupção do Brasil, colocando em risco o legado da Lava Jato. “A Lava Jato é a mais importante operação de combate à corrupção do país, recuperou mais de R\$25 bilhões para a sociedade e quebrou a regra da impunidade no Brasil. Precisamos proteger esse legado do risco de julgamentos atécnicos, revanchistas, rancorosos ou políticos”, destacou Dallagnol.

Dallagnol ainda destacou sua indicação pelo Podemos para compor a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), onde ele já adianta que irá atuar em prol das prioridades de propostas no âmbito da sociedade, a fim de conferir prioridade à sua tramitação no Parlamento. “Todas essas ações protocoladas representam o desejo do cidadão pelo combate à impunidade e ao fortalecimento da luta contra a corrupção. Estou honrado em poder representar esse anseio popular e trabalharei incansavelmente para alcançarmos uma sociedade mais justa e íntegra”, concluiu o deputado.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

**“A PEC contra a impunidade natalina, que tomou o número 7/2023, é uma marca do meu compromisso com o combate à impunidade”**





“Trabalhando em diversos projetos de importância: dois focados no aprimoramento dos instrumentos de exercício da democracia; um relacionado à área da saúde; e outro à área trabalhista”

# INÍCIO DE MANDATO DE MARCON É MARCADO PELO RECONHECIMENTO DA SUA CONVICÇÃO

O posicionamento forte e convicto na tribuna foi a principal marca do então Vereador de Caxias do Sul, Mauricio Marcon. Por isso, para o agora Deputado Federal a tribuna da Câmara dos Deputados é o local onde Marcon naturalmente se sente mais à vontade para honrar os seus votos e cumprir a promessa que fez a seus eleitores: continuar defendendo os princípios e valores que sempre defendeu.

Essa forma de atuação do Deputado, por sua vez, traz consigo o reconhecimento do mesmo como referência em determinados assuntos. Tanto é que as manifestações contundentes em defesa das liberdades no Plenário da Casa, especialmente quanto aos temas econômicos e com destaque para a defesa de um Banco Central Independente, renderam a Marcon um convite para participar de um debate no programa Expressão Nacional, da TV Câmara, sobre Taxa de Juros e Controle da Inflação.

A participação do Deputado no programa no dia 6 de março contou com a participação do também Deputado Federal Merlong Solano (PT-PI) e de dois economistas: Leda Paulani, economista e professora do Dep. de Economia, Admin. e Contabilidade da USP; e Carlos Eduardo de Freitas, economista e ex-diretor do Banco Central. O desempenho de Marcon no debate foi tamanho que inclusive rendeu fortes elogios ao deputado por parte do ex-diretor do Banco.

Outro destaque da atuação do Deputado Marcon nestas primeiras semanas de mandato foi a atividade fiscalizatória

do Governo Federal. Foram dezesseis Requerimentos de Informação assinados em coautoria com outros deputados e um formulado pelo próprio Marcon, além da subscrição de quatro CPIs e uma CPMI. Esta última, por sua vez, merece destaque à parte.

A CPMI dos Atos de 8 de Janeiro é uma iniciativa do Congresso para buscar a verdade sobre o que ocorreu naquele fatídico dia, assim como as possíveis responsabilizações de autoridades ao lidar com os mesmos. Por isso a indignação do Deputado Marcon ao tomar conhecimento de que o Governo Federal estaria tentando comprar a retirada de assinaturas de apoio à CPMI com a promessa de emendas - o que levou Mauricio a novamente subir à tribuna para condenar a negociata e expor os nomes daqueles que se venderam.

Por fim, o Gabinete do Deputado está trabalhando em diversos projetos de importância: dois focados no aprimoramento dos instrumentos de exercício da democracia; um relacionado à área da saúde; e outro à área trabalhista.

Convicção e trabalho duro não faltam - e nunca faltarão - na atuação do Deputado Mauricio Marcon.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

# USO DE CORDÃO DE GIRASSOL PARA IDENTIFICAR PESSOA COM DEFICIÊNCIAS OCULTA OU NÃO APARENTE EM TODO O PAÍS TRAMITA NO CONGRESSO

*Projeto de Lei de autoria da deputada federal Nely Aquino altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência*

O Projeto de Lei 643/2023 altera a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/15) para prever o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis por pessoa com deficiência oculta ou não aparente. O texto tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília.

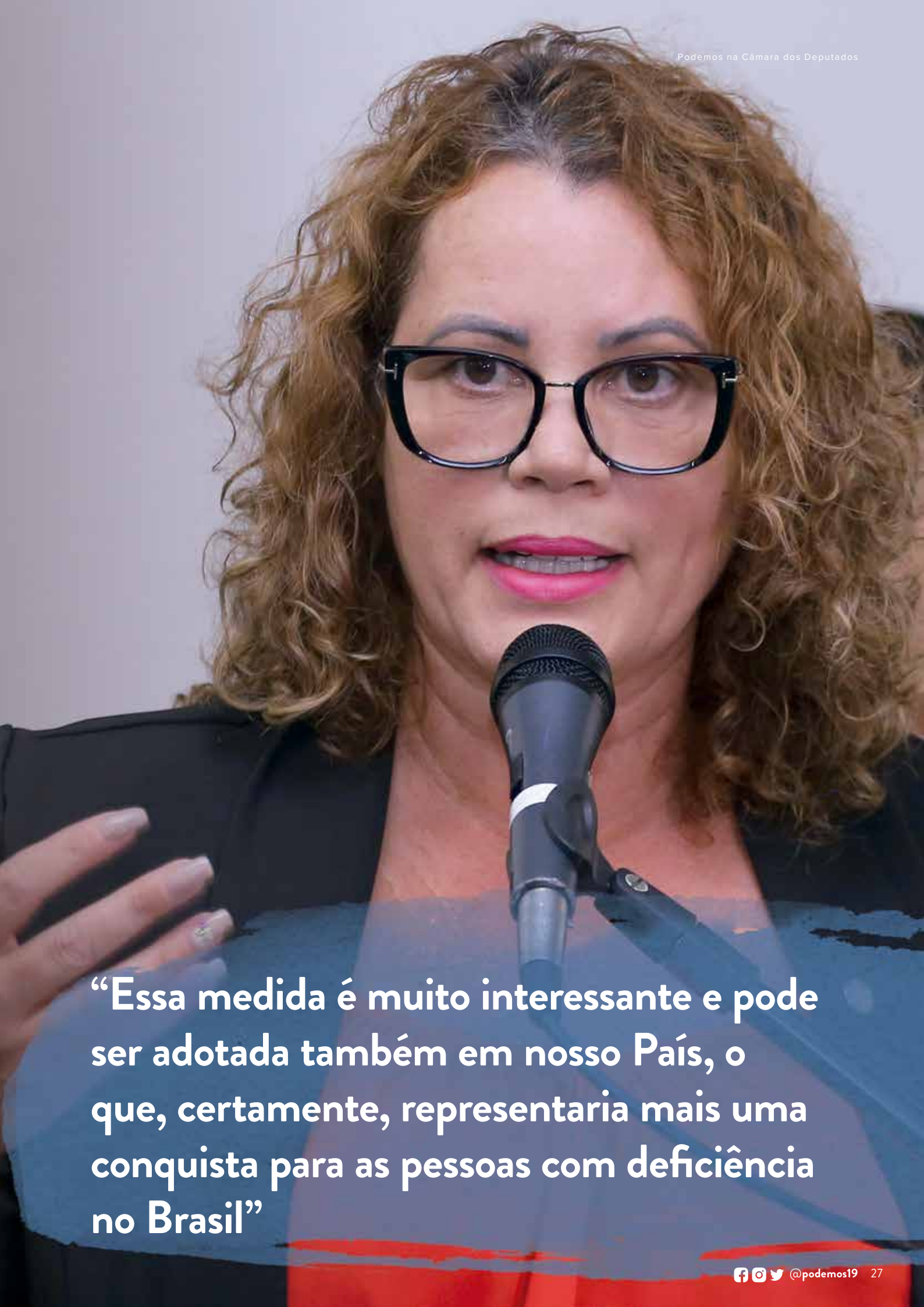
A deputada Nely Aquino (Podemos-MG), autora do projeto que foi protocolado em 24 de fevereiro, explica que o objetivo principal da sua utilização é auxiliar na identificação das pessoas com deficiência oculta e garantir-lhes assistência diferenciada e mais segurança durante viagens, passeios e compras “além disso, a pessoa que usa o cordão de girassol sinaliza para as equipes dos estabelecimentos que poderá necessitar de suporte especial em virtude de sua deficiência oculta”.

O uso de tal cordão já foi adotado, internacionalmente, em diversos locais, como aeroportos, ferrovias, supermercados e atrações turísticas. “Essa medida é muito interessante e pode ser adotada também em nosso país, o que, certamente, representaria mais uma conquista para as pessoas com deficiência no Brasil,” argumenta.

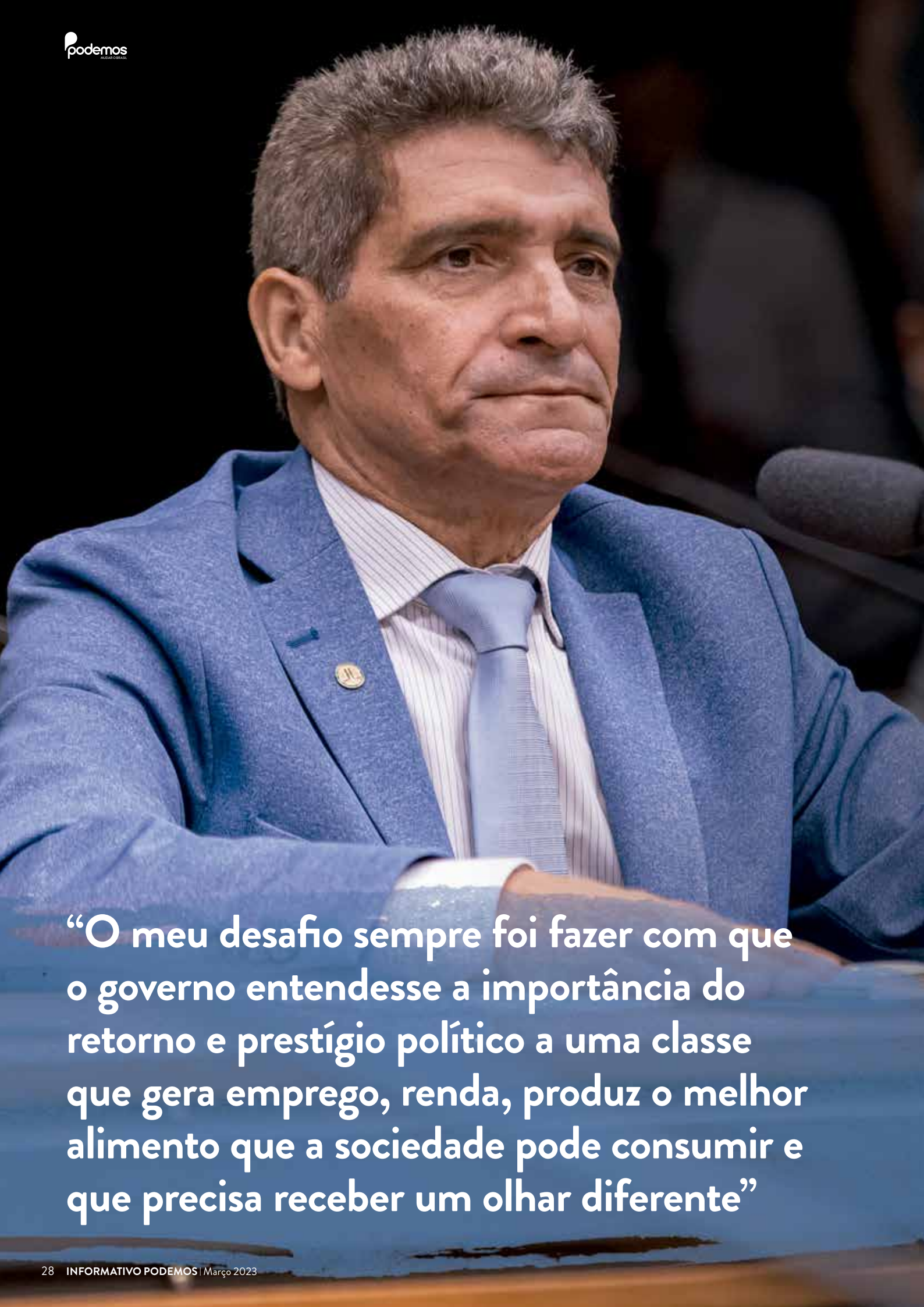
Na capital mineira, Belo Horizonte, o cordão de girassol já é lei. Aprovada em 2022, a lei 14.444 foi proposta pela então vereadora Nely Aquino em conjunto com os vereadores Flávia Borja (PP), Professora Marli (PP) e Marcos Crispim (PP) e determina ainda que o uso do cordão de girassol não dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência oculta, caso seja solicitado.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.





**“Essa medida é muito interessante e pode ser adotada também em nosso País, o que, certamente, representaria mais uma conquista para as pessoas com deficiência no Brasil”**



“O meu desafio sempre foi fazer com que o governo entendesse a importância do retorno e prestígio político a uma classe que gera emprego, renda, produz o melhor alimento que a sociedade pode consumir e que precisa receber um olhar diferente”





# POR UMA PESCA COM MAIS PRESTÍGIO POLÍTICO

Minha origem na política vem da pesca artesanal, minha história é na pesca. Sou neto e filho de pescador, e sou pescador. Assumi como deputado federal defendendo a pesca artesanal. Tenho muito orgulho de estar no Congresso Nacional desde o mandato passado, sendo eleito pela primeira vez em 2018 com 95% dos votos dos pescadores artesanais.

Quando cheguei a Brasília, encontrei uma pesca desacreditada. A pesca teve ministério, perdeu ministério e chegou a ter Secretaria Nacional, onde nos estados tínhamos apenas uma divisão. Perdemos superintendências, perdemos coordenação e passamos a ser divisão de uma superintendência.

Se a pesca não faz parte do orçamento público, não tem investimento, não tem políticas públicas. O meu desafio sempre foi fazer com que o governo entendesse a importância do retorno e prestígio político a uma classe que gera emprego, renda, produz o melhor alimento que a sociedade pode consumir e que precisa receber um olhar diferente.

O atual Governo estabeleceu uma linha política na pesca. O fato de ter Ministério da Pesca já nos dá um farol indicativo, no qual podemos agora discutir espaço público, no sentido de investimento do orçamento. Quero os direitos sociais garantidos, como o seguro defeso, que entendo como necessário, pois é preciso proteger a espécie que

está em momento de reprodução, mas não esquecer que o pescador precisa se manter. Com o Governo passado, nós conseguimos fazer o cadastramento, porém, o sistema possui inúmeros problemas de ordem técnica, não mostra a realidade. Não podemos ter o cadastramento de um milhão de pessoas que leve dois a três anos. Precisamos disso em seis meses, a tecnologia hoje permite isso.

Alguns pontos serão cruciais do ponto de vista dos programas governamentais, a exemplo de um programa de renovação da frota pesqueira, a reestruturação do programa de subvenção do óleo diesel que, diga-se de passagem, corresponde a 40%, senão 50% do custo de produção, ter um programa de governo que incentive o consumo de pescados, pois temos apenas um consumo per capita ano de 9kg. Temos muito no que trabalhar e isso é o que me move.

Nós temos uma luta. A pesca e aquicultura hoje são dois dos grandes do mundo do agronegócio, mas precisamos aprender a aplicar conhecimento, tecnologia e investimento. Com a força do parlamento e a boa disposição do governo, vamos avançar muito nesse setor que cresce em média 20% todos os anos.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



# 458º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: DEPUTADO SARGENTO PORTUGAL PRESIDE A PRIMEIRA SESSÃO SOLENE DA 57ª LEGISLATURA

O deputado federal Sargento Portugal (Podemos-RJ), policial militar oriundo do Estado do Rio de Janeiro e o único representante da segurança pública do seu Estado no Congresso Nacional, em sua primeira atuação como parlamentar presidiu a Sessão Solene em homenagem ao 458º aniversário da Cidade do Rio de Janeiro, ocorrida no dia 1º de março de 2023. A Sessão Solene ficou marcada, pois iniciou os trabalhos da 57ª Legislatura na Câmara dos Deputados.

Demonstrando sublime desenvoltura para a atividade parlamentar, o deputado iniciou a Sessão Solene destacando que embora o dia fosse de celebração, não havia somente motivos para comemorar. Na ocasião, o parlamentar solicitou um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da crescente violência ao Estado do Rio de Janeiro, sobretudo aos agentes da segurança pública, que faleceram em serviço e até mesmo em suas folgas.

“Se um servidor é assassinado defendendo a bandeira do estado, todo o Estado democrático de direito é violado, e, portanto, toda a sociedade é vitimada”, afirmou o deputado na ocasião.

Durante a Sessão Solene foi pontuado que a cidade do Rio de Janeiro foi agraciada em 1º de Julho de 2012 com o título de Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural

Urbana, sendo a primeira cidade no mundo a receber tal homenagem, porém, a realidade é que a sociedade carioca e fluminense sofre há décadas com o descaso do poder público perante as diversas organizações criminosas distintas, dentre facções do tráfico de drogas e grupos paramilitares, que dominam o espaço público, e subjugam a população residente.

Além de impedir o acesso aos serviços públicos mais básicos, que já eram escassos, tornando-se inexistentes em boa parte das comunidades, e que ocasionam ao Estado do Rio de Janeiro, sobretudo à região metropolitana, situação análoga a uma guerra civil, que chegam a vitimar, em média, mais agentes da segurança pública estadual, especialmente os policiais militares e civis, do que diversos conflitos beligerantes ao redor do globo.

O deputado encerrou a Sessão Solene reafirmando o compromisso com a sociedade, clamando por união entre os poderes, independentemente de corrente político-ideológica em prol do bem comum, destacando que somente com muito diálogo, chegar-se-á às soluções necessárias para o desenvolvimento da combatida segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.





00:00

**“Se um servidor é assassinado defendendo a bandeira do estado, todo o Estado democrático de direito é violado, e, portanto, toda a sociedade é vitimada”**



A man with dark hair, wearing a dark suit, white shirt, and blue tie, is speaking and gesturing with his hands. He is in front of a blue background with white and green abstract patterns. A small lapel microphone is clipped to his suit.

**“Esse é mais um desafio na minha trajetória política que recebo com muita alegria e determinação”**



# RODRIGO GAMBALE ASSUME A PRESIDÊNCIA ESTADUAL DO PODEMOS-SP

Parlamentar dará continuidade ao trabalho de Thiago Milhim e quer reforçar a presença do partido nos municípios paulista

O deputado federal Rodrigo Gambale (Podemos-SP) assumiu nesta quinta-feira, 2 de março, a presidência estadual do partido. Gambale assume no lugar de Thiago Milhim.

Rodrigo foi deputado estadual na 19ª legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, representando a região metropolitana e o Alto Tietê e, recentemente tomou posse em seu primeiro mandato como deputado federal.

O parlamentar pretende dar continuidade ao trabalho que Milhim vinha executando, somado à experiência que tem no legislativo para liderar o partido que hoje tem forte representatividade tanto a nível estadual como nacional.

Como presidente, um de seus objetivos é fortalecer o partido na esfera municipal, já que Rodrigo possui forte representação em boa parte das cidades do estado. O

novo presidente se diz muito realizado com essa conquista e reafirma o seu compromisso de trabalho:

“Esse é mais um desafio na minha trajetória política que recebo com muita alegria e determinação. Agradeço imensamente a presidente nacional e colega de bancada Renata Abreu pela confiança e por acreditar no meu trabalho. Juntos faremos história no Podemos!”

## BIOGRAFIA

Rodrigo Gambale tem 38 anos, é nascido em Ferraz de Vasconcelos, município do Alto Tietê, no qual sua irmã, Priscila Gambale é prefeita. Foi eleito deputado estadual em 2018 com 86.981 votos e no último pleito eleitoral, candidatou-se a vaga de deputado federal, com êxito de 108.209 mil votos. Gambale é casado e tem uma filha de 4 meses, Eva.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

# Especial Mês das Mulheres

## ARTIGO

Chegará o dia em que nunca mais ouviremos de que no Brasil uma mulher carrega sequelas gravíssimas ou morre por causa da violência doméstica. Que é ‘apagada’ em praça pública por ser transgênero. Desvalorizada no mercado de trabalho. Abandonada pelo marido e sem amparo financeiro para cuidar dos filhos. Importunada sexualmente no transporte público. Ofendida por seus posicionamentos políticos. Humilhada por sua cor...

Chegará o dia em que ser mulher no Brasil não machucará mais. Não será mais perigoso nascer mulher por aqui. Nesse dia, deixaremos de ser estatística para assumir o nosso espaço por direito em uma nova sociedade. Uma sociedade sem diferenças, sem injustiças, tendo respeito e a igualdade como características marcantes dessa nova época.

Até lá, vamos agir. Por um Brasil mais acolhedor e seguro para meninas e mulheres, é preciso deixar de se sentir diminuída, interrompida, calada e com medo. É preciso acreditar em si, na força e na superação, que são as principais definições da mulher brasileira. Não se pode mais viver com a dor do assassinato de 13 mulheres por dia só por serem mulheres. Com a dor de que a cada 7 segundos uma sofre violência doméstica, que, se não mata, muitas vezes deixa sequelas irreversíveis.

Não se pode ter paz de espírito quando sabemos que na cultura do estupro uma mulher é vítima de assédio a cada segundo, que 50 mil são violentadas sexualmente por ano e 10 estupros coletivos ocorrem por dia. E, acreditem, os crimes são bem mais numerosos do que esses, já que muitas ocorrências sequer são comunicadas à polícia. E se for negra, embora estejamos no século 21, essa mulher ainda sofre os efeitos sociais de uma inconclusa abolição da escravidão.

Para aumentar a segurança e coibir a violência contra a mulher, três projetos de nosso mandato já resultaram em leis. Uma delas destina 5% das verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de combate à violência feminina e campanhas de orientação. Outra lei criminaliza a importunação sexual, com até 5 anos de cadeia; e por fim, a lei que determina que o profissional de Saúde comunique, em até 24 horas, as autoridades policiais

os indícios e casos de violência contra a mulher, para que se possa agir com rapidez para mapear a área do crime e prender o agressor. Há tantas outras propostas eficientes tramitando no Congresso para dar fim a esse pesadelo. Entretanto, ainda precisamos de mais mecanismos para mudar nossa triste realidade.

O Brasil é feminino. Ninguém duvida disso. Somos maioria (51,15%) da população, mas pouco reconhecidas e valorizadas no mercado de trabalho. Muitas ganham 20% menos do que os homens, mesmo quando se comparam trabalhadores de mesma escolaridade, idade e categoria de ocupação. É como se a cada ano a mulher trabalhasse 74 dias de graça, mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE. Ocupamos tão somente 16,5% dos cargos nos conselhos de administração das empresas listadas no Índice Brasil 100. Quanto a esse quadro, estamos, via projeto de lei, dando importante passo para que pelo menos 50% das vagas nos conselhos de companhias estatais e mistas sejam reservadas para as mulheres.

Somos maioria do eleitorado (52,65%), o que nos torna determinantes nas eleições do país. E, embora hoje ainda sejamos minoria no poder, não tardará a conquista dessa paridade de gênero nos espaços públicos, porque estamos empenhadas na formação e qualificação de lideranças femininas na política.

Enfim, chegará o dia em que não mais teremos de enfrentar desigualdade nas tarefas domésticas, nos salários, nos espaços de poder e no acúmulo de jornadas. Nesse dia, deixará de existir o machismo estrutural que machuca as mulheres.

Que o 8 de março deste 2023 seja o marco do descruzar os braços e darmos as mãos! Com a mobilização de homens, mulheres, trans, filhos, brancos, negros, indígenas, profissionais, políticos, estudantes, religiosos, enfim, todos os brasileiros chegaremos à igualdade de fato, conforme determina a Constituição Federal. E quando esse dia chegar, vamos parar o Brasil e festejar a grande transformação da nossa sociedade.





# JUNTOS PODEMOS

 **podemos.org.br**

**SEDE NACIONAL**

SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (61) 98587-1919

 [contato@podemos.org.br](mailto:contato@podemos.org.br)      @podemos19

**SEDE ADMINISTRATIVA**

Rua Vitorino de Moraes, 156

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04714-030

telefone: (11) 3935-6353

 [juntos@podemos.org.br](mailto:juntos@podemos.org.br)      @podemos19

 **podemos**  
CÂMARA